

Reportagem Especial

TERRENO DE MARINHA

Mais 30 mil terão de pagar taxa no Estado

Serão demarcadas novas áreas em 14 municípios do Estado. Cadastramento deve começar este ano e ser concluído em 3 anos

Beatriz Seixas
Eliane Proscholdt

Mais de 30 mil novos proprietários de imóveis localizados em 14 municípios litorâneos irão pagar taxa de marinha no Estado.

Serão demarcadas áreas em Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, Fundão, Serra, Vitória, Vila Velha, Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Maratáizes e Presidente Kennedy.

O titular da Superintendência de Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU-ES), Magno Pires da Silva, disse que a maioria do cadas-

tramento será no Sul do Estado.

Ele explicou que o projeto de cadastramento está sendo finalizado pela Secretaria Nacional do Patrimônio da União. Isso faz parte de um convênio do governo federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

CADASTRAMENTO

A previsão é que o cadastramento comece a ser feito neste ano e seja concluído em três anos.

Mas isso não significa que todos os novos moradores só irão pagar a taxa a partir de 2014. É possível que alguns comecem a pagar a partir do ano que vem.

“A cobrança não será neste ano. Primeiro as pessoas vão ser devidamente notificadas”

Magno Pires, titular da SPU-ES

O Estado, por exemplo, poderá ser dividido em trechos litorâneos, o que vai permitir que em alguns municípios as taxas sejam cobradas antes de 2014.

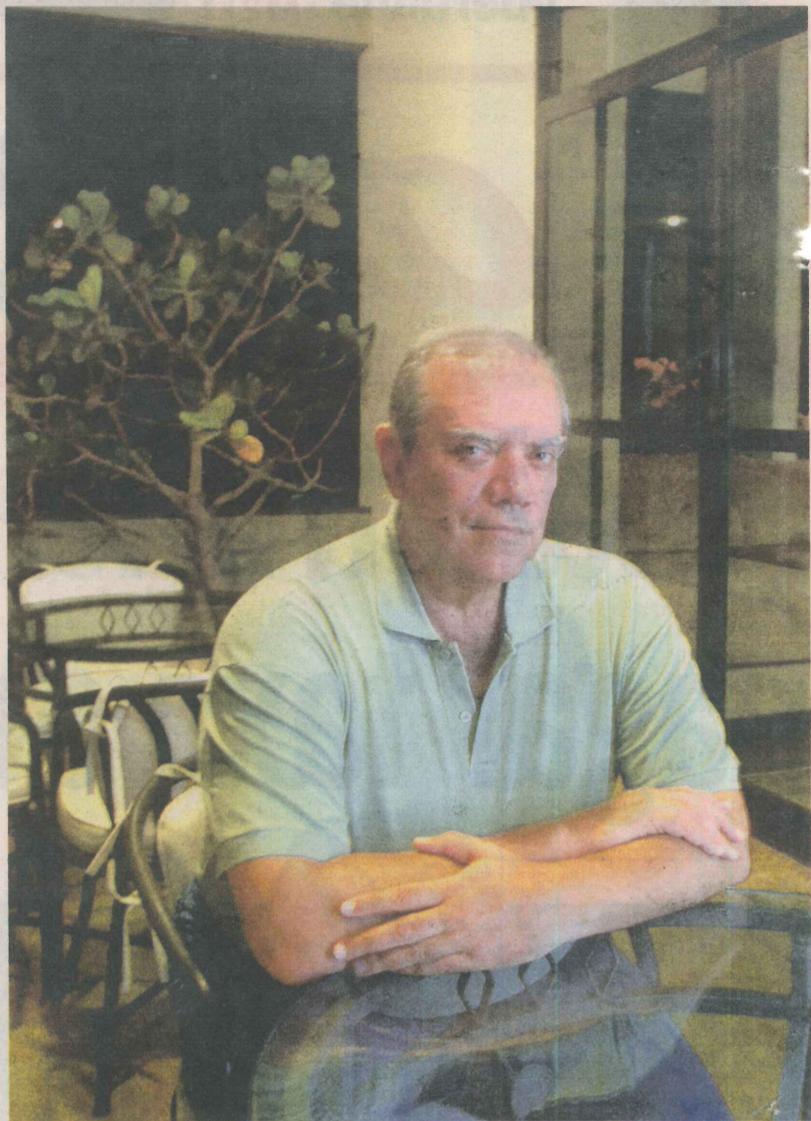
“Primeiro será feito o cadastramento para atualizar a demarcação da chamada LPM (Linha de Preamar Média), de 1831. Depois, as pessoas serão notificadas para, então, começar a pagar. Haverá uma publicação no Diário Oficial da União. A notificação poderá ser por edital ou individual. Isso está sendo discutido”, explicou.

O pagamento é destinado a terrenos, inclusive com casas e apartamentos. “No caso do apartamento, o valor da taxa é dividido entre os moradores, que pagam a fração de responsabilidade”, explicou.

Magno Pires garantiu ainda que não haverá demarcação nas áreas já demarcadas pela União.

Isso significa que não haverá ampliação no número de moradores que irão pagar a taxa de marinha nesses bairros.

REVOLTA



Valor de um apartamento

Há 32 anos, o engenheiro civil Paulo Esteves comprou um terreno de 862 metros quadrados na Ilha do Frade, em Vitória. Ele paga taxa de marinha. No ano passado, foram R\$ 3.138,56 gastos com a taxa.

“Se somados todos esses anos, se trouxesse os valores de hoje, daria para comprar um apartamento de mais de R\$ 100 mil”, reclamou. Ele faz críticas à cobrança: “Essa lei é muito antiga. A Mari-

nha vai se utilizar da costa brasileira para defender o País? Isso era na época das caravelas. Não faz mais sentido. Quem vai atacar o Brasil pela Ilha do Frade, por Camburi?”

E completou: “Nós criamos a Associação dos Ocupantes e Foreiros do Estado, junto com a Transparência Capixaba. Temos até o portal www.terrenodemarinha.com.br, com informações sobre a cobrança.”

Como é a cobrança

Terrenos ficam na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar, de 1831, até o continente

1 OS TERRENOS DE MARINHA

ficam situados na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar (nível máximo de uma maré cheia) médio, de 1831, em direção ao continente. A grosso modo, a medida é feita a partir da vegetação de restinga.



2 O OCUPANTE do bem imóvel da União paga uma taxa de 2%, para as ocupações já inscritas e para aquelas cuja inscrição tenha sido requerida até 30/9/1988.

3 O VALOR de 5% refere-se à avaliação do imóvel e das benfeitorias, desde que a inscrição tenha sido requerida ou promovida a partir de 1º/10/1988.

4 JÁ OS FOREIROS pagam uma taxa de 0,6% do domínio pleno do terreno aforado.

SAIBA MAIS

No Estado, cerca de 80 mil pagam tributo

- > NO ESPÍRITO SANTO, cerca de 80 mil moradores de imóveis ativos, entre terrenos aforados e ocupados, pagam a taxa de marinha.
- > ALÉM DOS MUNICÍPIOS litorâneos, há outras cidades que têm imóveis da União. O bairro Porto de Santana, em Cariacica, é um dos exemplos.
- > VITÓRIA DETÉM a maior concentração, seguida de Vila Velha e Guarapari.
- > A CAPITAL, por exemplo, conta com 22.306 imóveis ocupados e 22.194

- aforados.
- > A BASE DE CÁLCULO da União para definir o valor cobrado é a planta genérica de valores da prefeitura de cada município, que indica quanto vale o metro quadrado.
- > SE HOUVER valorização do imóvel, o valor da taxa aumenta. Os percentuais, no entanto, se mantêm.
- > O MORADOR de um terreno de R\$ 1 milhão, por exemplo, se for ocupado, a taxa paga (de 5%) seria de R\$ 50 mil anual ou R\$ 20 mil (para taxa de

- 2%). Se fosse aforado, R\$ 6.300, considerando que a taxa é de 0,6%.
- > AS TAXAS DE MARINHA SÃO divididas em sete parcelas, de junho a dezembro.
- > O CADASTRO será em áreas que não foram demarcadas e tem previsão de acontecer em 14 municípios litorâneos. Com isso, a estimativa é de que 30 mil novos imóveis vão ter de pagar taxa de marinha.

Fonte: Secretaria de Patrimônio da União.

Bairros livres da taxa

Na capital, há moradores que estão isentos da cobrança da taxa de marinha. Há exemplos em São Pedro, Santo Antônio, Ilha das Caieiras, Itararé, Maria Ortiz, Joana D'Arc, entre outros bairros. Mas isso vale para quem tem renda familiar de até cinco salários mínimos (R\$ 2.700), no regime de ocupação. Em Vitória, como em outros estados, também houve a suspensão de cadastros de imóveis por conta da emenda constitucional 46/2005. Nesse caso, não há limite de renda.

O titular da Superintendência de Patrimônio da União no Espírito

Santo (SPU-ES), Magno Pires da Silva, afirmou que a suspensão, nesse caso, é destinada a imóveis no interior de ilha. Ao todo, foram 465 Registro Imobiliário Patrimonial (RIP). Entre os exemplos, imóveis na Ilha do Príncipe, Santa Lucia, Santa Luiza e Bento Ferreira.

Ele ainda destacou que a ação de demarcação não visa só à cobrança de taxa de marinha, mas em investimento de atividades sociais, como a regularização fundiária, a implantação de projetos governamentais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre outros.



MAGNO PIRES explicou as regras de isenção da taxa de marinha para algumas áreas de Vitória.